

**Entrevista** J. Magalhães Ramalho, Nuno Barnabé e Serena Cabrita Neto

SÓCIOS DA EQUIPA DE FISCAL DA PLMJ

## Mais impostos? “Estamos no limite do que permite o sistema legal português”

Empresas e famílias não suportam mais carga tributária, diz João Magalhães Ramalho. “Podemos andar a espremer, a espremer, a espremer... Só que estamos no limite”, alerta

JOÃO MALTEZ | jmaltez@negocios.pt

A conjuntura de crise, a procura de novos mercados e a crescente carga tributária fizeram dobrar a atenção das empresas sobre os aspectos fiscais. Em conversa com o **Negócios**, os advogados João Magalhães Ramalho e Nuno da Cunha Barnabé, sócios da área de fiscal da PLMJ, dão nota desta realidade. Mais ainda, falam da equipa que integram e que foi recentemente recomposta, com a entrada da especialista em contencioso tributário Serena Cabrita Neto.

**Numa sociedade de advogados “full service” como a PLMJ, em que há transversalidade no trabalho das diferentes áreas de prática, que papel cabe a uma equipa de direito fiscal no apoio jurídico aos clientes?**

**João Magalhães Ramalho (JMR)** – A área fiscal assume uma importância elevada para o empresário, face à necessidade do cumprimento de orçamentos e de saber quais os custos com que se vai deparar quando procura realizar um novo investimento. Para um investidor poder sobreviver e ter competitividade, precisa obviamente de conhecer a fundo quais são os temas fiscais que lhe são aplicáveis e quais as ferramentas que podem potenciar o seu negócio.

**A sociedade tem estado envolvida em algumas grandes operações, como privatizações ou ofertas públicas de aquisição. Que tipo de assessoria fiscal é pedida nestes casos?**

**JMR** – Uma operação de privatização não é diferente de uma operação de reestruturação interna. Qualquer transacção tem um princípio um meio e um fim.

**O que é que está em causa nessas diferentes fases?**

**JMR** – É preciso começar por es-

tudar todas as implicações que estão associadas ao que o cliente quer realizar. Depois, tem de se procurar saber, por exemplo, como é que os dividendos, os juros ou os royalties são tributados. Por fim, há que ponderar uma eventual saída. Se de hoje para amanhã tiver que vender a participação, preciso responder a questões como que impactos é que daí resultam? Como é que faço chegar essa remuneração à empresa mãe? De que modo faço a distribuição aos accionistas e aos bancos?

**Nuno da Cunha Barnabé (NCB)** – Há uma outra ideia fundamental para os clientes – que se liga à questão das privatizações e às operações de reestruturação – que é a da visibilidade.

**Os clientes precisam saber o que os esprema.**

**NCB** – Regra geral, dentro do que hoje é possível, dada a volatilidade das leis, os clientes querem saber com o que contam. Hoje não é possível apresentar uma proposta ou recolher um caderno de encargos e ficar a saber-se o investimento interessa sem avaliar o impacto fiscal. Por outro lado, os impostos hoje são tesouraria.

**Diz que os impostos hoje são tesouraria. Porquê?**

**NCB** – Há uns anos, a questão era saber, no final do exercício, qual era o lucro dos accionistas e quanto é que a firma teria disponível. Hoje, em Portugal, o contacto com o Estado é diário. Todos os dias pagamos IVA, todos os meses o Estado nos retém a TSU. As empresas têm pagamentos por conta. Têm pagamentos na fonte. É preciso responder à questão “como é que eu financio isto?”. Portanto, os impostos tornaram-se uma questão de tesouraria.

**A volatilidade das leis, de que falava, é uma fonte de mais trabalho aos advo-**

**gados?**

**NCB** – O que se anda a fazer de há ano e meio para cá não são medidas fiscais, mas de engenharia fiscal. Essas medidas fazem com que haja efectivamente trabalho. Todos os clientes, quer empresas quer particulares, têm que saber com o que contam.

**Também são procurados por clientes particulares no âmbito da assessoria fiscal?**

**NCB** – Temos um conjunto muito significativo e crescente de clientes individuais. Para estes, os problemas fiscais são diferentes dos das empresas, mas no essencial a questão para eles é a mesma: é sustentável continuar a viver em Portugal? Ao nível da carga fiscal, estamos no limite daquilo que permite o sistema legal português, incluindo os limites constitucional e comunitário.

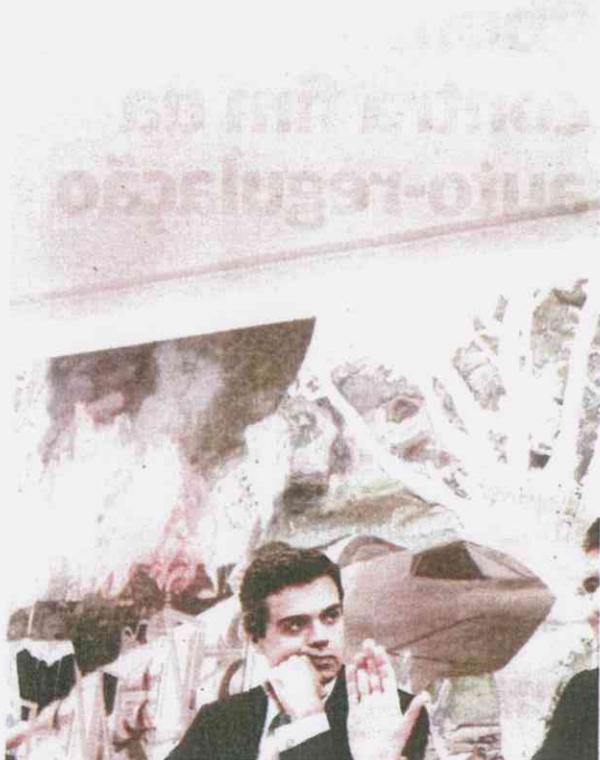
**Mas a verdade é que vêm aí novas medidas, nomeadamente no IRS?**

**NCB** – A grande incógnita é o que se quer fazer com o IRS. Tecnicamente é fácil justificar reduzir escalões. Os outros países da Europa que nos servem de “benchmark” têm menos escalões e nós já temos taxas equivalentes às deles. O desafio que faço é para que aproveitemos para simplificar o imposto.

**Simplificar o IRS? Como?**

**NCB** – Acabemos com as declarações. Deixa de haver inspecções, não andamos a mostrar papéis, deixamos todos de ser inspectores fiscais e de recolher facturas e recibos de toda a gente. Já sabemos que no fim do mês pagamos e não vamos pagar mais. Deixo de ter inconvenientes e liberto seguramente recursos na administração fiscal. Este é um trabalho que está estudado.

**Há contudo o momento presente. O País contraiu um empréstimo e está su-**



Equipa | Nuno da Cunha Barnabé (à esquerda) e João Magalhães Ramalho contam ag

**Hoje, em Portugal,  
o contacto com  
o Estado é diário.  
Todos os dias  
pagamos IVA,  
todos os meses  
o Estado nos  
retém a TSU.  
As empresas têm  
pagamentos por  
conta [...].  
Os impostos  
tornaram-se  
uma questão  
de tesouraria.**

**jeito a um programa que exige contrapartidas. Que medidas é ainda possível introduzir no campo fiscal?**

**JMR** – Claramente a nossa função não é ter uma intervenção política é sermos técnicos. Agora, o tempo que estamos a viver é de grande convulsão política e, por outro lado, são tempos desafiantes. A estratégia que era a do Governo, a estratégia do bom aluno para, fazendo o trabalho de casa da troika, conseguir alguma alavancagem negocial, não correu como estava esperado.

**Não há mesmo margem de manobra?**

**JMR** – O modelo tem que ser ajustado. Se não for ajustado, podemos andar a espremer, a espremer, a espremer... Só que estamos no limite. Arriscamos entrar numa espiral invertida de depressão económica que depois não temos capacidade de controlar. Já demos provas bastantes da nossa capacidade e vontade de cumprir as regras. A par disso, tem que existir coerência na forma como as medidas são aplicadas. Os principais “players” políticos têm que deixar de lado quer a sua atitude de reserva, quer a sua atitude de crítica sistemática, e passarem a ser todos parte da solução.



Com o apoio de Serena Cabrita Neto no grupo de direito fiscal que coordenam.

## Fiscal reforça equipa com especialistas em contencioso

João Magalhães Ramalho, coordenador da equipa de fiscal da PLMJ, considera que as "saídas e entradas de sócios numa sociedade de advogados é uma situação perfeitamente normal". Não deixa de lamentar a saída de Rogério Fernandes Ferreira, fiscalista e ex-sócio do escritório, que decidiu avançar com um antigo projecto pessoal. Prefere contudo falar de uma entrada, a de Serena Cabrita Neto, a nova sócia da firma e advogada especializada em contencioso tributário.

"A sociedade tem cerca de 45 anos de existência e a saída dos nossos colegas - um sócio e dois associados - não provocou, em termos da nossa capacidade de resposta, um impacto relevante", sustenta Magalhães Ramalho.

Tal como adianta, o departamento de Direito Fiscal, que conta agora com uma nova sócia e ou-

tras duas advogadas associadas, está posicionada no âmbito de uma estratégia que foi delineada pelo conselho de administração do escritório.

"Hoje somos uma sociedade internacional de matriz portuguesa. Sendo o direito fiscal um dos pilares fundamentais dessa estratégia, temos uma organização que visa dar resposta ao conjunto de solicitações dos clientes e desafios que se colocam ao País e à PLMJ em particular", avança o mesmo responsável.

É neste âmbito que João Magalhães Ramalho insere a entrada de Serena Cabrita Neto, que além da especialização em contencioso tributário tem uma reconhecida carreira académica no ensino de Direito Fiscal junto da Universidade Católica. Além desta jurista de uma boutique de advocacia li-

gada ao direito fiscal, o escritório recebeu ainda, enquanto associadas, duas advogadas que já trabalhavam com a nova sócia: Priscila Santos e Ana Teresa Tiago.

"As boutiques especializadas têm muitas virtualidades, mas também têm os seus inconvenientes. Um é o advogado que está em prática isolada ter que fazer a gestão do seu escritório, o que lhe tira tempo para aquilo de que efectivamente gosta que é a prática da advocacia", sustenta Serena Cabrita Neto, dando assim conta de uma das razões que a levou a mudar de escritório.

"Após 15 anos de carreira, cheguei a um ponto em que percebi que se queria continuar a ter estímulo quer intelectual, quer ao nível da troca de experiências, de aceder a outros mercados, o sítio ideal seria PLMJ. Surgiu o convite no momento certo", sublinhou.

## Na justiça tributária, "há forte tendência para o contribuinte sair vencedor"

**A actual crise fez aumentar a conflitualidade tributária?**

**Serena Cabrita Neto** - Seria injusto dizer que em Portugal a conflitualidade disparou desde 2008 ou devido às medidas da troika. Na última década houve um aumento assinalável da eficiência da máquina fiscal. Houve uma melhoria na procura da evasão e da fraude, mas também ao nível da pressão da cobrança. Com a crise, a pressão para a cobrança ainda aumentou mais.

**Com a essa pressão, a eficácia manteve-se?**

Algumas notificações deixaram de ser tão perfeitas. Há um maior número de erros formais. O contribuinte informado, e estou a pensar sobretudo na empresa, se sabe que há algo que não esteve bem tratado por parte do Fisco não deixa de invocar a seu favor.

**Esses erros são muito comuns?**

Menos comuns os de palmatória, porque as notificações hoje em dia são electrónicas, uniformizadas, e nota-se uma preocupação por parte do Fisco em adequar toda essa formalização aos reparos que o Supremo Tribunal Administrativo e os restantes tribunais têm feito nas suas sentenças. O Fisco perdeu durante muitas décadas, por razões formais, na secretaria.

**E agora, o Fisco deixou de perder na secretaria?**

Da minha experiência pessoal, diria que há uma forte tendência para o contribuinte ser vencedor. Até porque o contribuinte que chega a tribunal é assessorado, avisado, e não avança se não tiver bases relativamente sólidas.

**E os contribuintes que não dispõem desse apoio especializado?**

Sofrem injustiças? Não tenha dúvidas nenhuma. Não só porque não dispõem de acompanhamento especializado, mas também porque têm de pagar taxas de justiça muito elevadas. Em Portugal a Justiça é cara.

**E continua a ser lenta? Há muitas pendências na justiça tributária?**

Obviamente os tribunais fazem o que podem. Admito perfeitamente que seja um problema de meios e às vezes não basta ter só instalações. O Tribunal Tributário de Lisboa tem umas excelentes instalações,

mas obviamente poucos juizes para o número de processos.

**A arbitragem fiscal não ajudou?**

A arbitragem fiscal foi um sucesso de adesão inicial. Houve uma grande solicitação de pedidos, o que aconteceu é que está tudo nas mãos dos tribunais comuns. Os recursos dessas decisões vão para os tribu-

## O Tribunal Tributário de Lisboa tem excelentes instalações, mas poucos juizes para o número de processos.

nais comuns, para o Tribunal Central Administrativo. Dependendo da maneira como agora forem decididas, se se perceber que as decisões são dadas como válidas, isso vai determinar o sucesso da arbitragem.

**Na arbitragem fiscal, em primeira instância, as decisões têm sido céleres?**

As decisões têm demorado entre três a quatro meses.

**E o tempo de decisão nos tribunais comuns?**

Tenho situações dispares e surpreendentes. Os processos qualificados como urgentes, as providências cautelares e as reclamações contra penhoras ilegais, esse tipo de processos em Lisboa tem uma resolução mais ou menos esperada. Diria que num mês, a um mês e meio. A urgência, dentro do panorama dos tribunais, é respeitada. Todos os outros processos que não são urgentes ou que não foram dados como prioritários pelo memorando da troika sofrem atrasos consideráveis. Nunca consigo dizer a um cliente quanto tempo vai durar um litígio, mas digo sempre para não contar com menos de um ou dois anos. E estou a ser optimista. **AM**